

014ª Audiência Pública 17JUN2025

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para as Audiências Públicas a ocorrer nos dias e locais desta Capital abaixo relacionados, sempre às **19h**, para debater o assunto acima referido. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141278>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.
...17/06/25 Eixo Baltazar – Centro Vida – Av. Baltazar de Oliveira Garcia nº 2132...
Porto Alegre, 28 de maio de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**, Presidente.



PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): (19h15min) Declaro aberta a audiência pública com o objetivo de debater o PLE nº 028, de 2025, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre. A partir deste momento, estão abertas as inscrições na mesa ao lado. Dez pessoas poderão se inscrever, cinco contra o projeto e cinco a favor do projeto. Neste primeiro momento, o governo terá dez minutos para expor seus motivos, expor as suas razões. Logo após, o Simpa terá dez minutos para colocar as suas razões diante do projeto. Depois, nós abriremos as falas para as pessoas inscritas, cada pessoa inscrita terá cinco minutos de fala, assim como os vereadores terão também cinco minutos. Após a fala da sociedade civil e dos vereadores, teremos o encerramento com, por ordem, o Simpa, mais dez minutos, e, depois, encerrando, o governo municipal. Então, eu peço a todos que nos acompanham, nós temos aqui um espaço amplo, e o som não é dos mais favoráveis, então eu peço para que, quando alguém estiver falando, seja do governo, seja do DMAE, contra ou a favor, a gente faça silêncio aqui e deixe a

conversa para fazer lá do lado de fora. Então, eu peço a compreensão de todos. Nós temos aqui, compondo a Mesa, pelo Simpa, o Sr. Edson Zomar de Oliveira, diretor; a Sra. Sandra Darui, coordenadora do Cores DMAE. Por parte do governo, nós temos o Sr. Gelson Guarda, secretário adjunto da Secretaria Geral de Governo, e o Sr. Carlos Eduardo da Silveira, diretor de Regulação e Governança Corporativa do DMAE.

Está sendo montada aqui a apresentação do governo. Mais uma vez eu peço para que a gente tente manter o silêncio aqui para que as pessoas que vão falar, elas possam ser ouvidas e para quem está se inscrevendo, quando pegar o microfone, olha para a câmera, fala o nome para ficar registrado, e a gente vai dar andamento no trabalho.

Primeiramente passo ao governo, eu vou cronometrar os tempos aqui. A gente vai esperar uns minutinhos para o retroprojeter ser ligado, porque tanto o governo quanto o DMAE vão usar a apresentação, então para o tempo ficar justo a gente vai aguardar um pouquinho. (Pausa.)

Temos também na Mesa aqui o Ver. Erick Dênil e convidamos também o Ver. Rafael Fleck se quiser compor a Mesa junto conosco. (Pausa.)

Bom, vamos começar, lembrando: o governo agora tem dez minutos; depois, o DMAE, pelo Simpa, tem mais dez minutos, e começaremos a ouvir as pessoas inscritas. Quem for falar, fique aqui na frente da câmera e fala o seu nome. O Sr. Gelson Guarda, secretário adjunto da Secretaria Geral de Governo, está com a palavra.

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Pessoal, muito boa noite, para nós é um prazer, e aqui cumprimentando o presidente, Ver. Marcos Felipi; e nós temos aqui o Ver. Erick Dênil, o Ver. Fleck, grande abraço; eu vejo aqui líderes comunitários, o pessoal do Simpa, a Sandra e o Edson e o nosso querido diretor do DMAE, Carlos Eduardo. A gente está aqui na quinta reunião. Por que ter essa reunião em dia de chuva, em dia de frio, num lugar que nos lembra muito o que era isso aqui há um ano atrás? O desastre que sofremos, ao mesmo tempo, a solidariedade que tomou conta desse espaço. Estamos aqui para mais uma

reunião, juntamente com a comunidade, e dizer que o assunto é polêmico, sim, temos contras, temos a favor, então eu vou passar direto para o Carlos, do DMAE, para que nós possamos explicar os motivos pelo qual é o andamento desse processo. Que tenhamos uma reunião profícua, com discussão, um debate sério, mas dentro da cordialidade. Então, nós passamos para o diretor que vai explicar, e aí pedimos uma atenção para o que vai ser exposto, porque aqui vocês podem tirar as dúvidas do processo, do projeto que ora está em andamento. Muito obrigado.

SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA: Boa noite a todos, cumprimento o presidente da Mesa, o Ver. Marcos Felipi. Estendo também o cumprimento aos demais vereadores, Erick e Rafael Fleck; cumprimento os integrantes do Simpa, todos os presentes. Esta noite é importante, a gente está apresentando um projeto de concessão. Na verdade, um projeto de lei ainda que está indo para a Câmara, que a lei federal dispensaria essa remessa de projeto de lei à Câmara, de uma autorização, mas que, por uma opção do prefeito municipal, a necessidade de dialogar com a comunidade, dialogar com os representantes eleitos no Parlamento, com a comunidade, justamente da importância que esse projeto tem para o município de Porto Alegre, se resolveu, por bem, então, encaminhar um projeto à Câmara para ampliar essa discussão, sem, obviamente, retirar todo o projeto, toda a tramitação que ocorrerá futuramente, toda a discussão que o projeto. Quando ele for concebido, de fato, ele vai trazer para nós construirmos e identificarmos todas as necessidades da população. Mas é importante trazer, nesse aspecto, primeiro, os motivadores desse projeto de lei. Por que o Município pretende fazer uma concessão parcial dos serviços? Nós temos uma realidade, aqui tem fotos, inclusive, da região, em que a gente necessita, de fato, conferir à população muito mais dignidade, um saneamento conferido a todos.

(Procede-se à apresentação.)

SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA: A gente não está falando aqui, basicamente, de uma concessão de serviços, em uma eventual transferência de um serviço que seria de titularidade do poder público para um terceiro, mas, sim, buscar eficiência na prestação dos serviços. O que nós temos? O serviço de saneamento, o objetivo central da administração é que o saneamento seja conferido a todos. Todos sabemos que o Marco Legal do Saneamento, ele traz uma realidade para a administração, não só para o município de Porto Alegre, mas para o Brasil inteiro, uma necessidade de metas de cumprimento.

Então, nós temos aspectos, primeiro, central, três eixos centrais de discussão desse projeto. O primeiro deles é a dignidade, que é o que se pretende, dar um respeito aos direitos humanos, conferir dignidade à população; a legalidade, que é atender justamente as metas do Marco Legal do Saneamento; e, por último, a democracia, a uma cidade para todos os cidadãos. E, nesse processo democrático, justamente, a gente está aqui ampliando o debate sobre um projeto tão importante para a cidade. E por que, então, se adotou o modelo de concessão parcial do serviço de saneamento do Município? Isso partiu, primeiro, de um contexto legal, como já se disse, o Marco Legal do Saneamento trouxe desafios enormes para as administrações municipais e estaduais, justamente no atendimento de metas de ampliação de acesso à água e esgotamento sanitário. Essas metas, obviamente, que a administração possui uma série de entraves para o alcance, uma necessidade de investimentos vultosos, em que seria muito difícil, usando a burocracia da administração pública, alcançá-los em um prazo tão exíguo, que é de 2033.

Contexto que se insere, então, o DMAE, o projeto em si: a gente tem um Marco Legal do Saneamento que trouxe metas, para 2033, de 99% da população atendida com água potável e 90% da população atendida com tratamento de esgoto sanitário. Obviamente que o DMAE, além dessas duas metas qualitativas, de ampliação do projeto, a gente tem também umas metas de quantidade em si, umas metas fixadas pela ANA – Agência Nacional de Águas, e normas regulamentadoras da ANA, que trazem, então, a redução de perdas. Todos sabemos que existe, na prestação de serviço, uma enorme perda de água

tratada. Nós temos metas quantitativas de intermitência, isso se relaciona com a quantidade de horas que o serviço para ou deixa de ser prestado e é restabelecido e nós temos metas de melhoria nos processos de tratamento. Se a administração municipal não cumprir com essas metas, há impactos significativos, inclusive, no repasse de recursos federais para a administração, e por isso, obviamente, que tem que ser dado todo um tratamento adequado para a matéria.

Qual o cenário que nós nos encontramos atualmente? Embora a meta de ampliação do abastecimento de água esteja praticamente atendida, 99%, como se disse, há inúmeras outras metas quantitativas em que o DMAE ainda precisa se qualificar. Nesse aspecto, a intermitência ganha um grande relevo; a quantidade de perdas de água, também é importante que o DMAE concentre essas atividades. E, no tratamento do esgoto, nós temos 52,84% de atendimento, bastante distante ainda da meta estabelecida no Marco Legal do Saneamento.

O que nós temos previsto? No Plano Municipal de Saneamento Básico, a gente já tinha, lá em 2015, trazendo para valor presente, cerca de R\$ 10 bilhões que seriam necessários para o investimento para que a gente atendesse, então, o marco legal. Desses R\$ 10 bilhões, trazendo para valor presente, cerca de R\$ 3 bilhões seriam somente em esgotamento sanitário, que é o principal foco aqui do projeto.

E qual é o cenário de Porto Alegre? De 2015 até 2023, o DMAE vem investindo cerca de R\$ 100 milhões anuais, no somatório, tanto do sistema de água, do esgoto, da drenagem, então todos esses têm cerca de R\$ 100 milhões. A gente está distante, muito distante do volume necessário de recursos que deveriam ser empregados, para que a gente atingisse o marco legal. Nesse cenário, se a gente pegasse só o esgotamento sanitário, levaríamos cerca de 30 anos, se concentrássemos todos os recursos, todos os investimentos do DMAE no esgotamento sanitário. Cerca de 30 anos seriam necessários para que a gente atingisse e, obviamente, a gente já teria ultrapassado muito o marco legal, o

prazo fixado de 2033, e teríamos consequências, inclusive, em financiamentos para o Município nesse aspecto.

Qual é a importância então, por que se fala em concessão de serviços, o que isso representa na prática? Nós sabemos que o DMAE hoje já pratica, já tem vários contratos com terceiros, grande parte do serviço DMAE já é prestado por terceiros, então qual seria o diferencial que um projeto de concessão poderia trazer nesse aspecto? O primeiro aspecto central é a eficiência do serviço. Quando a gente contrata um terceiro pela administração, obviamente ele vai ser contratado para prestar aquele serviço. Executou a obra ou prestou o serviço, ele vai embora e acabou a relação, e todo o encargo, em si, de manutenção continua com o poder público. Isso muda muito de cenário na medida em que um investidor, ele tem que realizar uma intervenção, tem que realizar uma obra e ele se encarrega pela manutenção daquele ativo por cerca de 30 anos, 35 anos. Obviamente que a relação do prestador de serviço vai ser muito diferente e vai buscar muito mais eficiência na prestação de serviço, e isso vai trazer um benefício para a sociedade, uma melhoria na prestação de serviço como reflexo. A concessão de serviço não é nenhuma novidade, nós já temos no País diversos projetos de concessão de serviço de saneamento. Inclusive, não há nenhum partido, não há ligação com partidos políticos, pelo contrário, se veem projetos como o de Alagoas, em que nós temos lá o MDB conduzindo isso, com blocos de concessão de esgotamento sanitário e distribuição de água, similar ao que se pretende com esse projeto, concessão total no bloco C; temos a CEDAE, no Rio de Janeiro, do PL; temos a Cagece, no Ceará, então, com o PT administrando, em que se fez uma concessão de esgotamento sanitário; temos a Caesa, no Amapá, com o PDT, temos diversos outros projetos mais recentes inclusive, Roraima, Piauí, quer dizer, Rondônia, Piauí, Pernambuco e Espírito Santo.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Carlos, um minuto.

SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA: Certo. Eu vou buscar direto aqui, só trazendo alguns exemplos de concessão de PPPs que deram certo, só para

trazer para o cenário, deixar isso mais factível. A PPP de iluminação pública de Porto Alegre foi uma concessão, trouxe benefícios enormes para a população, investimentos que nunca eram realizados e foram realizados e trouxeram mais iluminação para Porto Alegre. Os abrigos de ônibus, em que não houve investimento público, simplesmente autorização de exploração publicitária.

E o que se pretende aqui, vou trazer direto para o projeto, quais são as premissas principais do projeto? A lei federal dispensa autorização legislativa para concessão dos serviços, mas, como já foi falado, o prefeito gostaria de ampliar a discussão disso sem eliminar as etapas subsequentes, que são da própria estruturação do projeto, que vão envolver consulta pública, audiência e encaminhamento ao Tribunal de Contas, órgãos de controle. Então, a gente vai ter uma ampla etapa de discussão e de aprimoramento do projeto propriamente dito. Neste momento, o que se pretende é basicamente uma autorização para fazer essa concessão, ampliando o debate sobre o saneamento e deixando bem claro, no parágrafo único do art. 1º, que nós não faremos a concessão da captação, do tratamento da água bruta do Município que estejam em operação no DMAE.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Para encaminhar.

SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA: Um aspecto importante desse projeto é a manutenção de todos os servidores, embora isso não fosse necessário, está previsto em lei, houve questão de deixar claro. E, principalmente, aí sim, o impacto direto na população, que os recursos arrecadados com essa concessão, eles serão revertidos tanto nos investimentos, nas melhorias, na manutenção do sistema de saneamento, como na modicidade tarifária e na proteção contra as cheias, que também ganhou um relevo significativo nos últimos anos. Depois eu complemento aspectos relevantes a respeito da diferença entre privatização e concessão.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, Carlos. De imediato, eu passo a palavra ao Simpa. Quem vai fazer uso da palavra é a Sandra, coordenadora do Cores.

SRA. SANDRA DARUI: Boa noite a todos e todas, em especial, à Mesa, que está proporcionando esta audiência pública; mas hoje eu quero saudar que foi a audiência, até agora, em que veio mais a comunidade. E justamente a gente está aqui por isto, para explicar as razões pelas quais a gente é contra esse projeto. Eu sou engenheira do DMAE, trabalho há 27 anos com saneamento. Na última audiência, nos questionaram se a gente era apropriado para falar disso, eu acho que nós somos apropriados. Nós representamos os servidores do DMAE, que são agora apenas mil servidores, só para vocês saberem. Eu vi uma discussão aqui da comunidade, e a gente gostaria de vir aqui e dizer que está tudo certo no DMAE, mas a gente não consegue, eu vou explicar agora por que a gente não consegue fazer isso.

Vocês ouviram o projeto, o projeto é esse deles. Na verdade, ele é um grande cheque em branco. Não se trata de uma decisão técnica. Se tivesse uma decisão técnica, quem iria apresentar não seriam os diretores que estão há seis meses só no DMAE, seria o corpo técnico do DMAE, que não está vindo apresentar as razões, de fato, disso. Então, é uma razão política, que, na verdade, eles falam que é concessão, só que a concessão é um contrato privado, então, ele é, sim, uma privatização. E vocês têm que pensar uma coisa muito séria: vocês conseguem escolher quem é a concessionário de energia de vocês? Não conseguem. Só tem a Equatorial. E nós vamos falar sobre isso. Quando tiver privatizado, vocês não vão escolher quem vai ser, não vão escolher entre Coca e Pepsi, ou entre a água do DMAE e da privada, só vai ter a água da privada. E se der errado, só vai ter essa solução para vocês.

O DMAE, então, já atende 100% da população com água. Não sei de onde é que eles tiraram os 98%, porque, desde o início dos anos 2000, já é 100%. A gente só não coloca a rede de água onde a gente é proibido pela justiça, aí, nós vamos com o caminhão-pipa. Tem problemas de abastecimento? Tem, sim, tem

intermitência. O pessoal que mora aqui, no Morro Santana, são os últimos que recebem água, quando falta água no sistema São João. Eu trabalhei 12 anos na Distrital Norte, então, eu conheço bem essa região aqui. E a realidade é que demonstra que as experiências no mundo, no Rio Grande do Sul e no Brasil, deram errado. Uruguaiana já faz quase 20 anos, e a Câmara de Vereadores já tentou várias vezes cancelar o contrato, e ele é um contrato que não se cancela, porque a multa é muito grande. Em Porto Alegre, se der errado, não vai ter dinheiro para retornar o dinheiro para a concessionária. No Brasil, nós temos a experiência de Manaus. Manaus, há 20 anos, é privatizada, e sabe quanto por cento é o tratamento de esgoto? Apenas 20%. E é a mesma empresa que quer comprar o DMAE, a Aegea. E em Londres, ao invés de melhorar a qualidade dos rios depois, que foram os primeiros lugares que foram privatizados no mundo, só piorou, inclusive, estão pedindo dinheiro do governo para poder fazer, para melhorar o saneamento lá e está voltando a ser estatal.

E vocês têm um exemplo que eu não preciso falar: quando deu um problema no temporal, o Melo não conseguia falar com o presidente da Equatorial, porque o que acontece? Quando falta luz, a energia, falta água, porque tem que subir, a água tem que subir no morro aqui. E se falta luz, falta também água. E ele não conseguia falar com o presidente da Equatorial. Então, isso é uma realidade que acontece e, sinto muito, pode acontecer com a concessionária que tem, vocês já têm um exemplo disso. E a Equatorial é um desses. E se fosse tão bom assim, por que a CEEE não mudou o nome e botou Equatorial? Para enganar as pessoas, eles ficaram com o nome CEEE Equatorial. E a Corsan a mesma coisa: quando tu entras em uma concessionária da Corsan, está escrito Corsan, bem como era antigamente, e a Aegea é escrito bem pequenininho, porque se der errado: “Ah, é a Corsan”. E poucas pessoas perceberam que a Corsan foi totalmente privatizada. Então, elas são privadas.

A mesma coisa é assim: eles falaram em contrato, o DMAE tem um monte de contratos. E quando o contrato dá errado, e eu vou dar o exemplo de um contrato que deu errado agora, que terminou um e não conseguiram refazer outro, contrato de conserto de água. Nós estamos com 1,5 mil protocolos atrasados de

conserto de água. Sinto muito, vai faltar água para vocês, porque não vai ter equipe para consertar, porque eles não conseguiram refazer um contrato. E tem um concurso aberto, que pode chamar 150 pessoas, mas eles não querem chamar. Não querem chamar por quê? Porque eles querem fazer a concessão. E isso aqui, então, imaginem, vai ser um contrato só, que vai cuidar de toda a distribuição de água e toda a parte do esgoto. Se der errado, nós vamos fazer o quê? Nós vamos pedir para quem consertar isso aí? Então, pensem bem nessa situação.

A mesma coisa assim: a realidade que se evidencia, falta água na sua casa e não tem esgoto, porque tem um problema de gestão no DMAE. Um problema que se arrasta há 10 anos já. Nós não estamos conseguindo fazer os investimentos que a gente, técnico do DMAE, que os engenheiros do DMAE querem. Na enchente, a gente avisou, em setembro de 2023, se não consertarem isso, isso e aquilo, vai dar tal e tal problema, e deu todos os problemas que nossos colegas apontaram – todos! Então, assim, até 2015, eu quero mostrar para vocês, porque agora eles apresentam esse aqui, eles não apresentam...

(Procede-se à apresentação.)

SRA. SANDRA DARUI: Isso aqui era todo investimento de esgoto, dava mais de R\$ 150 milhões por ano só em esgoto. E agora não é feito mais, porque não tem interesse, porque a primeira coisa que eles queriam privatizar era o esgoto. Só que esgoto não dá lucro, aí tem que botar a água junto, porque a água dá lucro. Então, se fosse um negócio ruim, não ia ter ninguém interessado, mas ele é um grande negócio: são R\$ 35 bilhões nos 35 anos, porque o DMAE arrecada R\$ 1 bilhão por ano. É um baita negócio. E, assim, por que em 2023, ao invés de o prefeito arrumar as coisas que tinha errado, ele andava fazendo... Esta apresentação aqui tem um *slide* aqui meu que mostra. Isto aqui é ele apresentando a concessão em 2023. Por isso que ele não chamou do concurso. E o que aconteceu? Em 2024, veio a enchente, vocês viram? Desmonte sem

precedente dos serviços da cidade. Vocês viveram isso aqui. Eu vivi, todo mundo viveu no ano passado. E talvez viva de novo, infelizmente. A realidade é esta: o DMAE sendo alvo de CPI... Quando é que vocês viram o DMAE sendo alvo de CPI? É a primeira vez. Por quê? Porque teve um diretor que está acusado de ter recebido propina. Tem um diretor nosso, que é o diretor da enchente – eu vou chamar ele de diretor da enchente –, que saiu do DMAE num dia, no outro dia estava na Aegea, a empresa que quer comprar o DMAE. E tem o nosso ex-diretor de licitações, esse que não deu certo o contrato, foram encontrados na casa dele R\$ 146 mil reais. Alguém de vocês tem R\$ 146 mil reais na sua casa, em dinheiro? Nem no banco, né, gente? Vamos combinar, né? E isso... Aí quando dizem: “O DMAE não tem capacidade de investir”. O Programa Integrado Socioambiental – Pisa foi o programa que levantou a capacidade de esgoto de Porto Alegre, o tratamento para 80%. Na época, em 2014, custou R\$ 600 milhões. Atualizando agora, este um programa do DMAE, se eu atualizasse agora, foi R\$ 1,5 bilhões. E o DMAE conseguiu fazer esse programa, gente. Então, quando diz que não tem, não é isso aí, não é essa a verdade. E assim, quando eles falam em R\$ 10 bilhões, também é questionável, e eu vou mostrar para vocês por que é questionável. Porque, na verdade, eu já falei, a água já está universalizada. Nós temos o Plano Municipal de Saneamento Básico, que diz, lá em 2015, dizia: precisa investir isso, isso, isso, isso, em tal coisa. Na água, a gente já investiu 66%. Então, quando eles falam em R\$1 bilhão para a água, não é. Nós já temos contratados R\$ 240 milhões para Ponta do Arado. Para vocês aqui, sistema São João, R\$ 84 milhões em andamento, todas as obras. Vocês devem ter visto já. Agora está no sistema do Sarandi, ali; R\$ 40 milhões na nova captação do Menino Deus, que até tem um pedaço aqui que pega vocês também. E R\$ 20 milhões a gente investe anualmente em substituição de rede, melhorias de rede. E nós temos, então, já contratados R\$ 484 milhões na água. Então, não é um R\$ 1 bilhão.

A mesma coisa no esgoto. No esgoto, sim, eu concordo com vocês, está mal. A gente coleta 91%. A gente tem rede para 73% com separador. A gente tem capacidade, mas falta rede. Falta rede para interligar a casa das pessoas que

ainda não tem. Falta estação de bombeamento e falta ainda ampliar algumas unidades, principalmente aqui na Zona Norte. Mas já tem contratado, que pega exatamente para vocês aqui, Zona Norte, o PAC Humaitá, e tem mais R\$ 8 milhões para a reforma do Sarandi, que foi atingida pela enchente. Então, também tem, mas, realmente, isso é uma coisa que a gente tem que melhorar, só que há 10 anos nos freiam os investimentos.

Então, olha só, pessoal, só nessa – esta aqui é a ETE Serraria, é uma ETE que fica lá na Zona Sul –, só essa ETE remove mais de sete mil toneladas por ano de carga orgânica. É um volume... É a maior estação de tratamento que tem aqui na região sul e faz todo esse trabalho aqui para vocês.

E drenagem e proteção contra as cheias, sim, é de R\$ 4 a R\$ 5 bilhões, é isso aí mesmo. E depois da enchente, teve mais investimentos para serem feitos. Mas já tem contratados R\$ 2 bilhões para a bacia do rio Gravataí – diretamente vocês são afetados. Mais R\$ 500 milhões do Fundo de Reconstrução do Rio Grande, que são para as casas de bombas, tão faladas. Todo mundo agora sabe o que é uma casa de bombas. Acho que a enchente serviu para isso. E quando ela não funciona, vocês sabem o que acontece. E tem R\$ 500 milhões para a bacia do arroio Feijó e Santo Agostinho, que pega vocês também aqui. Então nós já temos R\$ 3 bilhões disponibilizados de recursos que nós temos que usar. E nós temos que fiscalizar que se use isso, porque é para vocês. E é isso que nós, técnicos do DMAE, vamos fazer. Mas falta gente, falta gente para fazer isso. E tem vários projetos que estão em licitação, vários já estão em execução, como o dique, que vocês devem ter visto lá. E o que vai ser essa reforma? Vai ser aumentar os diques, aumentar a altura onde fica o painel de controle – para, quando alagar, não atingir eles. As bombas vão ser submersas, então se elas molharem, não tem problema, elas são para isso. E mais as comportas e outras coisas que precisam ser arrumadas. (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) Já vou terminar. Então, quando dizem que não vai ter aumento de tarifa, vai sim, porque em todos os lugares teve. O DMAE, por ser uma autarquia, ele não paga imposto; 35% de imposto, o DMAE não paga. Como é que essa concessionária vai dar conta disso? Vai tirar de onde esses 35%?

Contratando menos gente, contratando gente a preço mais barato, terceirizando tudo. Então não tem aumento de qualidade ali. Não tem, gente! Não tem como fazer isso!

E o patrimônio do DMAE não é de um governo. O patrimônio é nosso, é da cidade. Se a gente conceder por 35 anos, não vai sobrar nada, gente. E vai ter que conceder de novo, é isso. Se der errado, vai continuar dando errado. Nenhum de nós vai estar aqui para saber se deu certo ou errado, ou para fazer alguma coisa, nós vamos estar velhos. Tem poucas pessoas que vão estar em idade para lembrar do que está acontecendo aqui agora. E vocês vão cobrar de quem? E, na realidade, é que muitas pessoas aqui – e em vários lugares de Porto Alegre – tiveram como seu primeiro comprovante de endereço uma conta do DMAE. Conseguiu fazer um crediário porque o DMAE foi lá primeiro, botou a rede de água e deu um comprovante de endereço pela continha da tarifa social, que é uma coisa muito importante que o DMAE faz.

Nós temos um Pressione, vocês podem escanear o QR Code, e a cada Pressione manda um *e-mail* para os vereadores para eles votarem contra este projeto. Então eu conto com vocês, fico muito feliz por ter esta oportunidade de entrar em contato com a comunidade e dizer que a gente só não faz mais por vocês porque a gente não pode. Muito obrigada a todos e boa noite. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, Sandra. Nós temos aqui as dez pessoas inscritas. Lembrando que são cinco minutos para cada pessoa; quando faltar um minuto, eu vou avisar. E aos vereadores aqui que querem se inscrever, só me façam no sinal aqui, que eu já vou colocando na lista e a gente vai alternando. Então a primeira pessoa a falar é a senhora Carmem Luiza Rocha. Peço que a senhora fale de frente para a câmera e fale o seu nome para que a TVCâmara consiga gravar.

SRA. CARMEM LUIZA ROCHA: Bom, meu nome é Carmem Luiza. Eu vim aqui para defender os meus interesses porque eu não passei procuração para político vender os meus bens. A procuração que o político recebe na hora da urna é para



gerir e, de preferência, com eficiência e eficácia. E eu não vim aqui para ver o meu bem ser vendido, porque o DMAE foi comprado com dinheiro do imposto meu, teu, da minha avó, do meu avô, de todo mundo. Então agora, porque o senhor Melo... Aliás, está fazendo falta aqui. Onde é que está o Melo? Cadê? Ele não foi nem entregar o projeto? O que é isso? Tu pegas, vendes a CEEE... Porque ele, como deputado, votou para vender a CEEE Equatorial, aí ele ficou, fez uma boa campanha, não sei quem pagou, fez uma boa campanha, pela segunda vez, e agora ele está dizendo que não é competente para administrar uma empresa que todos os números mostram que é eficiente, que ela dá lucro, que ela aplica dinheiro, que ela empresta dinheiro. Quer vender por quê, então? Aqui, eu trouxe uma lista, porque eu, aliás, sinto falta dos vereadores aqui também, acabei de falar, tinham que estar todos aqui, são 30 e quantos? Por que não estão aqui? São 35! Quantos estão aqui para ouvir? Porque não adianta ficar olhando na câmara depois, tem que sentir as pessoas insatisfeitas com a administração capenga do seu Melo, que botou a cidade embaixo de água, mesmo com os avisos do DMAE. Ele está se fazendo de louco e ele não aparece. Por que ele não aparece? Porque ele vai privatizar o DMAE e depois ele quer se candidatar a outra coisa, para privatizar o quê? Eu sempre ouvi que a empresa pública não dá lucro. Só um pouquinho, cara pálida, ela tem que dar lucro para quem? Para mim, que sou usuária, e não para o Sr. Melo. Ela não tem que dar lucro para empresa que vai comprar. Porque se o meu dinheiro subir a tarifa, eu estou pagando lucro. É como se diz na Petrobras: a Petrobras tem que dar lucro. Sim, para nós pagarmos gasolina mais barata, não para gente pegar e dar lucro para os acionistas, que geralmente são de outros países. E é isso que está acontecendo com a água. Porque quando tu privatizares, a empresa que comprou vai ter lucro, e eu vou ter prejuízo. Agora, eu sou uma usuária, eu não tenho instituição, eu não sou política, eu não sou nada, eu só pago a conta de água de uma empresa que eu comprei. Como é que funciona? Todos os números dizem que não há necessidade de fazer. Aí as pessoas que derem um Google... Porque, assim, é uma coisa séria, a gente privatizar é muito sério. Olha aqui, eu trouxe, e trouxe para os vereadores, porque eu acho que eles não deram

o Google... Aliás, o Melo viaja, viaja pro exterior e não pega experiência. Está aqui: 312 cidades na Europa foram reestatizadas. (Palmas.) Por que? Gente, é só dar o Google. Por que é reestatizado? Porque a empresa quer lucro e dane-se! Eu vou dizer uma coisa: a RGE concorrer na Shopee não quer, né? Onde tem 500 fornecedores lá. Não! Ela quer o quê? Só ela, só ela. Porque a empresa que pegar aqui vai ser única, e tu que reclame para o Papa, para o bispo depois. Porque hoje tu não tens nenhum direito de reclamar, pois a Equatorial não atende nem o Melo, vai atender os pés-rapados das vilas? Ah, me poupe, né, me poupe! Nós somos um bando de pés-rapados, nós somos uns pés-rapados que não vão ser atendidos por essas empresas que privatizam. Não aceitaram...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CARMEM LUIZA ROCHA: Porque eu sou da vila, eu sou da vila e ouço isso sempre! É como tu é tratada, é como tu é tratada! Nós somos tratados como pés-rapados!

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Pessoal, eu vou parar o tempo aqui. Eu vou pedir... Carmem, eu parei o tempo aqui, tá? Eu vou pedir o seguinte, gente: aqui a gente não tem um espaço adequado para a pessoa falar, então, assim, eu vou pedir que todas as manifestações sejam feitas depois da fala. Isso pra todo mundo, prós e contras, para que a gente tenha uma urbanização necessária e um bom andamento dos trabalhos, tá? Eu vou retomar o teu tempo, tem mais 20 segundos.

SRA. CARMEM LUIZA ROCHA: Tá, *ok*, então, assim, que pelo menos seja feita uma consulta popular, um plebiscito que pergunte... Porque, assim, essas audiências não estão sendo vinculadas na mídia. Claro, a RBS não tem interesse que tu saibas, que todo mundo saiba que está havendo um plebiscito. Por que? Mais gente dando contra? Não, vamos fazer assim, vamos nas vilas, pegamos as instituições e trouxemos essas pessoas.



PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Carmem, obrigado.

SRA. CARMEM LUIZA ROCHA: Vai ter outras audiências. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Passo a palavra para a Sra. Ana Maria Macedo Maurmann. A senhora fala o seu nome olhando pra câmera para a TVCâmara registrar ali, por favor.

SRA. ANA MARIA MACEDO MAURMANN: Boa noite, meu nome é Ana Maria Macedo Maurmann e eu sou moradora da região há 45 anos. Eu tenho perguntas: estão falando muito em privatização, e, na realidade, é concessão. Existe diferença? Eu gostaria que depois me respondessem. Bom, se é concessão, se tiver qualquer problema no meio do caminho, o que nós podemos fazer? O que pode ser feito? O que eu trago aqui, pessoal: nesses 45 anos, nós sempre tivemos água, mas o nosso esgoto é misto. Eu quero um Guaíba em que a gente possa tomar um banho, eu quero um Guaíba limpo, e, para isso, nós precisamos ter esgoto cloacal e fluvial. Nós pagamos esgoto, e não é pouco. Se nesses anos todos, o DMAE não conseguiu, ele vai conseguir no tempo hábil para que pare de receber verba federal depois, como foi colocado ali? Então, essas são as minhas perguntas. Não preciso ficar aqui cinco minutos dizendo coisas que a maioria nem conhece. E dizer que todas as nossas vilas aqui na volta merecem um esgoto tratado, merecem uma água... Porque hoje a nossa água do DMAE, alguns dizem que tomam, mas faz uns dez anos que eu não consigo tomar. Então, assim, vai melhorar? Empresa pública dá lucro? Dá. Porque, se ela vai fazer uma obra, o custo dela é muito menor do que uma obra pública. Quando falam que roubam, isso já faz parte do País, gente, isso não é uma coisa de agora, e não são em quatro anos de governo que se vai conseguir resolver alguma coisa. Isso vem há 60 anos, cem anos, da mesma forma. Então, eu vou passar o meu tempo para quem precisar, eram essas as minhas perguntas.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado, Ana. Vamos intercalando, agora a Ver.^a Grazi, primeira inscrita aqui.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa noite, sou a Ver.^a Grazi Oliveira, atuo bastante aqui na comunidade, na Zona Norte. Eu estou na dúvida em que lugar da Zona Norte que tem água, porque nós passamos dia após dia tendo que ir atrás de caminhão-pipa, porque sempre falta água na Zona Norte. Quero fazer um registro. Porque nós tentamos mobilizar, Ver. Felipi, a tentativa de não acontecer hoje a audiência pública, porque hoje chove lá fora, e muitos de nós que viveu o ano passado aqui neste lugar, há um ano, sabe qual foi a realidade que nós encontramos aqui: pessoas tendo que ficar mais de 30 dias abrigadas nesse espaço por irresponsabilidade do nosso governo municipal. E falo isso com muita tranquilidade. O DMAE, os especialistas do DMAE há muito tempo vêm apontando ao governo Melo que nós tínhamos problemas, que era preciso fazer manutenção, que era preciso ter cuidado, que era preciso fazer limpeza, e nada foi feito. E nós tínhamos dinheiro em caixa, mais de R\$ 400 milhões, mas Porto Alegre foi para baixo d'água, mesmo com o DMAE com caixa de mais de R\$ 400 milhões. Então, o que nós estamos debatendo aqui nessa audiência pública é, sim, uma venda casada, uma entrega à iniciativa privada daquilo que é a coisa pública. Quem de nós iríamos abrir mão da casa própria para viver de aluguel? Alguém de vocês abriria mão da casa própria para viver de aluguel?

(Manifestações na plateia.)

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Porque é exatamente isso que nós estamos testemunhando aqui: a entrega para concessão do DMAE é, literalmente, entregar o que é nosso para a iniciativa privada; entregar a nossa casa própria para um aluguel! Eu não quero viver de aluguel, não quero depender de aluguel e quero a água garantida para todos! A água é um bem para a nossa vida e é saudável para a nossa sobrevivência. E essa vai ser a

nossa luta. Eu, junto com a nossa comunidade da Zona Norte, estarei resistindo, porque o DMAE é público e vamos lutar para que ele permaneça. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, vereadora. Passo a palavra ao Sr. Roberto Andre Mazzocco. O senhor tem cinco minutos. Aviso quando faltar um minuto.

SR. ROBERTO ANDRE MAZZOCCO: Boa noite, comunidade. Meu nome é Roberto Mazzocco. Eu estou aqui para falar uma coisa para vocês. Vocês sabem o que significa público? Vocês sabem o que significa essa palavra público? O público vem da palavra povo. É nosso, é nós (*sic*). Tudo que é público é nós (*sic*) de nossa propriedade, ou seja, propriedade da cidade. Há 85 anos, se não falha a memória, existe o DMAE. Tem tempo. Há 85 anos, nós temos o DMAE. E chegamos na taxa de esgoto, colocação de esgoto, a 52,84%, certo? No qual, para a gente atingir a meta, que é os 90%, a gente tem que ter 48,16% de esgoto e cano enterrado, de ampliação do sistema de tratamento de esgoto. Agora eu pergunto para vocês – e essa meta é até 2033. Quando a gente fala de público, uma empresa pública, ela é gerida pelo governo municipal, é fruto do nosso dinheiro, é fruto do nosso imposto; esse é o capital de giro que dá condição para a empresa. Agora, empresa privada, o que é uma empresa privada? Aí dizem: “Vai ser parceria público-privada”. Parceria público-privada foi o que fizeram na CEEE, foi o que fizeram na Corsan, quando começaram e depois privatizaram. É um passo para dentro da privatização, tu abres caminho para ela. Daí ela se torna, em vez de pública, se torna uma empresa privada, certo? Uma empresa privada, quem vai ter que bancar isso aí tudo é a empresa que comprar, certo? Agora eu digo uma coisa, uma empresa no qual todos nós investimos, há 85 anos, nossos avós, bisavós, todos nós investimos. Em 85 anos, nós conseguimos chegar a 52,84% do esgoto, imaginem uma empresa privada, em oito anos, que é 2033, chegar a 48,16% privada, investindo mais de R\$ 2 bilhões. Qual é a empresa? Aqui ó, devo ter alguns empresários aqui, donos, no mínimo, que fizeram administração ou sabem trabalhar com administração e cálculo.

Vocês sabiam que nós temos mais de 700 mil relógios? Vocês sabiam? Sim? Vocês sabiam que o metro cúbico da água cobrada é de R\$ 5,18? São R\$ 5,18 reais o metro cúbico, certo? E cada um litro da água corresponde a 0,05. Onde é que eu quero chegar? Esses valores são cobrados de nós porque ela é pública, porque ela não visa lucro, ela visa o reinvestimento no sistema, para nos dar melhor. Agora uma empresa privada, vocês acham, para atingir a meta de 2033, implantação de 47% de esgoto, no qual tem que investir mais de R\$ 2 bilhões, ela vai cobrar só esses R\$ 5,00 o metro cúbico da água de vocês? Vai cobrar esse 0,05 por litro de água de vocês? Ou vai pedir subsídio para manter as taxas sociais do governo? Daí vocês vão pagar duas vezes. É isso que a gente está falando. A diferença do que é público e do privado. Público, nós vamos lá no prefeito e exigimos a retirada do gerente e do DMAE, gente! Nós vamos lá e exigimos que ele seja competente para administrar uma empresa que é nossa! E, em quatro em quatro anos, nós podemos tirar ele do governo. Agora, vocês podem tirar o dono da empresa? Eu respondo para vocês... Gente, plebiscito! Porto Alegre teve sempre Orçamento Participativo, vocês fizeram parte do Orçamento Participativo, vocês construíram, os avós, os pais de vocês, Porto Alegre, através do Orçamento Participativo! Então por que não deixam o povo decidir através de um plebiscito público?! É o mínimo que eles nos devem! Democracia, direitos! Direitos para nós! (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Passo a palavra o senhor José Roberto Peres. O senhor, por gentileza, fala em direção à câmara, se apresenta.

SR. JOSÉ ROBERTO PERES DEICHEL: Boa noite a todos, meu nome é José Roberto Peres, sou morador do loteamento Dom Pedro, delegado do Orçamento Participativo, e sou vileiro, viu? Sempre vivi na vila, com muito orgulho.

Pessoal, eu queria dizer assim, nós temos vila aqui no Eixo que tem 30 anos – 30 anos! Então, vamos parar da politicagem, eu não quero saber de Melo, ou disso, ou de esquerda, ou de direita. Vamos parar e vamos falar uma coisa séria: 30 anos a vila Amazônia tem. O Edmilson está no telefone, aqui eu ia falar para

ele. Trinta anos a vila Amazônia tem; 30 anos que ela não tem esgoto lá! Então não é só do tempo do Melo, não é? Então o que acontece? Sem o esgoto nas vilas, vêm as doenças, vem tudo. A gente está cansado, muitos de vocês, eu quero saber aqui, quem é que tem o esgoto nas suas comunidades, quem é que mora sem esgoto? Levanta o dedo. Sem esgoto.

(Manifestações na plateia.)

SR. JOSÉ ROBERTO PERES DEICHEL: Vocês estão vendo? A maioria tem esgoto tratado. Muitos poucos não tem esgoto. Então falar quando vocês têm esgoto tratado, é muito fácil. Agora, eu convido vocês para nós ir ali na vila Amazônia, para nós ir nas outras vilas, para nós ir lá na Bom Jesus, no Recanto do Sabiá. Aí vocês podem discutir. Porque, quando a gente não tem esgoto tratado, quando chove, vocês perderem as coisas e entrar água com esgoto, com merda, com tudo dentro da casa de vocês, aí vocês vão dar valor. Porque tem muitos aqui que moram em prédio, que não tem isso, que não alaga, que não perde nada. É, o senhor, onde é que o senhor mora? Aí entrou esgoto na sua casa na enchente? Perdeu tudo, né? Agora, qualquer chuvinha ali, ó, as pessoas perdem tudo.

Aí é muito fácil. Eu quero convidar vocês para nós irmos lá limpar a casa deles, porque é muito fácil falar quando tem esgoto tratado. Para nós, seria muito bom o DMAE ficar, concordo com vocês, mas, com 63 anos... Diretora, eu vou falar uma coisa para a senhora, eu moro no Dom Pedro, tá? Eu pago água.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JOSÉ ROBERTO PERES DEICHEL: A senhora ajudou, né? Só que aí... Isso, isso, por isso que eu estou falando com a senhora. A gente tem água no Dom Pedro, né? A gente paga. A justiça deixa botar água, né? Porque a gente paga. Agora a justiça não deixa botar o esgoto? O esgoto nós não temos, não vamos conseguir o esgoto, né? Porque o que acontece? A gente paga água, e

a gente discutiu aqui no OP que tem contas pagas, tem pessoas que pagam conta de esgoto lá dentro do Dom Pedro, tá? E a metade paga, um pouco menos da metade, e os outros não pagam. Como é que eles cobram de pessoas lá se eles não tratam o esgoto dentro do Dom Pedro? Nós passamos isso aí para o diretor, não é, conselheira? Tá na mão de um dos diretores lá. Como é que eles cobram o esgoto se eles não tratam dentro do Dom Pedro? Então, eu acho o seguinte: a gente está pegando e estão pensando em politicagem. Não é politicagem, a enchente não teve só em Porto Alegre, teve em outros lugares aí enchente. Então, não dá para usar a enchente, porque isso aí é uma...

Então, eu gostaria de pedir para vocês: pensem bem, né? E falar é muito fácil quando tu não tens o esgoto tratado. E eu acho que essa empresa, se ela não cumprir, ela vai estar menos, ela tem pouco tempo. O DMAE ficou 63 anos e não nos ajuda. Eu gostaria de pedir para os vereadores, o Erick, vamos dar uma caminhada conosco aí na vila? Vamos lá ver, botar o pé no barro, que eu sei que tu botas, eu sei que o Marcos Felipi bota. Vamos lá ver quando alaga, só quando alagar, quando chover agora, com o esgoto subindo. Aí a gente vê. Quantos minutos eu tenho?

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Agora tem um minuto.

SR. JOSÉ ROBERTO PERES DEICHEL: Tenho um minuto? Então é isso aí, pessoal. Eu acho que temos que pensar bem. Concordo que o DMAE faz um bom serviço, em parte, em parte, porque ele deixa muito a desejar em algumas coisas. Eu queria saber quem é o cara que fornece os cavaletes para o DMAE. Eu queria fornecer os cavaletes para o DMAE. Né? (Palmas.) Eu queria, eu queria, porque o que mais tem é cavalete aí na cidade. Obrigado, Marcos Felipi. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, José Roberto. Eu peço...

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Tá bom. Pessoal, eu peço à plateia aí que se acalme. Vou passar a palavra agora ao Ver. Erick Dênil. O senhor tem cinco minutos.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa noite, pessoal, quero cumprimentar a todos e todas, minhas colegas vereadoras Juliana e Grazi, o Marcos Felipi, o Fleck também está aqui. Eu quero também aproveitar este momento para esclarecer algumas informações. Eu gostaria da resposta de vocês quando eu for perguntar sobre essas informações, que eu acho determinantes para que a gente tenha conhecimento do todo e, a partir disso, faça um debate sério e responsável sobre a pauta do DMAE.

Primeiro ponto: vocês sabem me responder quem administra o DMAE? Há muita reclamação sobre o DMAE, mas quem administra o DMAE? A Prefeitura de Porto Alegre, o prefeito Sebastião Melo. É ele e a Prefeitura que dirigem o DMAE. E por que o DMAE está indo tão mal? Porque está sendo mal administrado pela Prefeitura do Sebastião Melo. Primeira resposta é essa, para ficar muito claro entre nós quem comanda o DMAE.

O DMAE, gente, existe há 64 anos. O DMAE já pagou folha salarial de professor, já emprestou dinheiro para o Município de Porto Alegre. E foi muito bem falado aqui: vocês sabem quanto custa mil litros d'água produzidos pelo DMAE? Cinco reais, pessoal. Mil litros. Mil litros d'água: cinco reais. Quanto vocês acham que um empresário venderia mil litros d'água para vocês? Quanto que vocês pagam no mercado por uma garrafa de cinco litros, pessoal? Vai ficar mais cara a conta. Quando privatizaram a luz e venderam para a CEEE, é o povo que, em qualquer vento, fica sete dias na Vila Amazônia sem luz. E eu estava ali, trancando com vocês, com pneu, porque não vinha, de jeito nenhum, a Equatorial ligar, porque tem um dono, e o dono não quer saber do pessoal da comunidade; o dono quer saber dos bairros ricos da cidade. Ele também é burguês, ele também mora em um bairro bom, no bairro dele não falta luz. O DMAE público, ainda assim, tem

como cobrar, porque é público, é interesse social, é nosso. O DMAE privado passa na mão do empresário. Vejam só, pessoal: quem é dono da água? Não pode ter dono. A água não tem dono, é um bem universal, é um direito universal, tem a ver com acesso à saúde.

Hoje, nas ocupações onde nós moramos e por onde passamos todo dia – e que vocês que estão aqui, que eu sei que muitos de vocês conhecem –, só tem relógio social porque é o DMAE. Se fosse empresa privada, na ocupação não chegaria água. Foi mostrado nesse painel sobre a Cedae como se fosse um *feeling* de sucesso. A Cedae comprou a água no Rio de Janeiro. Quem mora no morro não tem água, pessoal; o pessoal do morro tem que descer lá para baixo para baldear a água, para lá em cima chegar a água. É isso que nós queremos para Porto Alegre? É claro que não!

Portanto, passar o DMAE para a mão dos empresários é um crime contra o nosso povo, principalmente contra quem mora na periferia. E eu peço para os colegas vereadores serem sensíveis a esse tema. Vários colegas vereadores hoje estão indecisos sobre esse tema, e eu peço para que não votem pela concessão. Concessão é privatização, é entrega do patrimônio da nossa cidade. Nós queremos água potável para todos, nós queremos acesso à água para todo mundo. E um dono, uma empresa privada, não será capaz de levar água ao nosso povo, porque não tem interesse, o interesse é ganhar dinheiro.

Então, a conta de água vai ficar mais cara, vai piorar os serviços, não vai chegar na periferia. Hoje, gente, por que o DMAE está indo mal? Porque existe um projeto, um projeto do prefeito Sebastião Melo, de piorar e sucatear o serviço, para que nós pensemos que o DMAE não presta, que o DMAE tem que ser vendido. Esse é o ponto, é uma estratégia: jogar nós contra nós mesmos. Esse é o ponto. O povo unido, o povo consciente, coloca medo no sistema e defende o que é nosso. Ninguém aqui quer viver de aluguel e ninguém aqui quer passar sede. Ninguém aqui quer ir numa ocupação e não ter água. Ninguém aqui no incêndio quer que falte água para apagar, porque, se não tiver água dentro das comunidades do DMAE, até para apagar incêndio, vamos ter que pagar a água.

Então, povo, fiquem ligados, fiquem atentos, vamos para cima. O DMAE é nosso, e não à privatização. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, vereador. Eu passo a palavra ao Sr. Edmilson Espíndola.

SR. EDMILSON ESPÍNDOLA: Primeiramente, eu quero dar boa noite a todos e a todas, quero cumprimentar a Mesa. É importante esse debate, e eu tenho certeza, gente, de que nós que defendemos as nossas periferias aqui, na Zona Norte, eu tenho certeza de que, após a privatização, nós vamos estar trancando a Baltazar, nós vamos estar trancando o Porto Seco, porque não vai ter água nas nossas vilas. Tenho certeza disso! E eu conheço cada um e cada uma das lideranças que estão aqui. Quero dizer para vocês que, se hoje existe água nas nossas periferias, a água social, vai acontecer o mesmo que aconteceu com a Equatorial. Eles botavam poste, até em área de risco tem poste da Equatorial, até em área de risco, que existe uma lei que é proibido. Tem poste nas áreas de risco. O que vai acontecer com a água? Tu citaste o Recanto do Sabiá, eu conheço muito o Recanto do Sabiá, eu caminho dentro do Recanto do Sabiá. Vou dizer uma coisa para vocês, quando privatizarem a água, a taxa de esgoto e a taxa de água que vier, eles não vão ter água lá, porque eles não têm como pagar, eles não vão ter como pagar o preço que o empresário privatizador vai cobrar pela água. E o que eles vão fazer? Eles vão lá e cortam, gente, eles vão lá e cortam e deu. Quero dizer para vocês, e eu dou exemplo, o que falta é gestão, gente, é gestão. E eu vou dar um exemplo do governo, do governo que está aí, hoje, que está aí. Eu fui diretor-geral dessa região aqui, e a maior obra do DMAE foi feita na Asa Branca. Quem aqui conhece? Muitos aqui conhecem. A maior obra do DMAE foi feita na Asa Branca, tinha casas 3 metros abaixo da cota lá. Eu vou dar um exemplo para vocês de gestor, Flávio Presser, uma caminhada em dia de chuva na Asa Branca, prefeito Fogaça, me lembro até hoje, disse assim: “Aqui não adianta mais fazer remendo; aqui tem que ter obra”. E lá foi feita a obra, e vocês vêm o que é a Asa Branca. E a enchente, gente, pelo

amor de Deus, a água não passou por cima do muro da Mauá, a água passou por baixo, gente, passou pelas bombas d'água. Tudo não funcionava. E aí, claro, o meu caro colega falou em 30 anos. Faz 24 anos que nós temos um governo na cidade de Porto Alegre. Gente, a cacaca é a mesma, só mudam as moscas. Só mudam as moscas! (Palmas.)

Então, para encerrar, eu quero dizer para vocês, eu sou parceiro aqui de todas as nossas lideranças. Tenho certeza do que eu estou dizendo. Tenho certeza de que, no momento em que privatizarem, a conta quem vai pagar é o povo trabalhador e o povo pobre, porque quem tem água, esgoto e um bom emprego não se importa. Agora, quem está lá no esgoto, como você falou, na rua embarrada, papeleiro carregando seu carrinho de papel, ele não vai ter condições de pagar a água que aquele empresário, que é o dono da água, vai cobrar daquele cidadão. E nós vamos reclamar para quem, gente? Nós vamos reclamar para quem? Sebastião Melo pode estar não sei onde, não sei qual é o governo que vai estar, nós vamos reclamar para quem? Então, prestem atenção, privatizar, concessão e privatização não mudam nada, gente. É o entreguismo daquilo que é nosso. E eu fiquei muito satisfeito quando eu vi uma moça com 35 anos, engenheira, que conhece, ela falou coisas porque conhece, o DMAE dá lucro, só que precisa ter gestão. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado. Eu passo a palavra ao Sr. Nauro Marques Pinto.

SR. NAURO MARQUES PINTO: Boa noite, pessoal. Eu sou líder comunitário, já fui conselheiro aqui na Norte também. Eu conheço toda a realidade das duas regiões, tanto da Norte como a do Eixo. Nas nossas comunidades, os esgotos para tudo que é lado alagam. São esgotos mistos, não são esgotos. E a necessidade do povo, todo esse tempo nunca fizeram nada. Até vou lembrar o Edmilson, quando o Comassetto era o diretor do DMAE, nunca fez nada, nenhuma obra também, entendeu? Então, vem de vários governos, não é só desse governo agora, é de vários governos que não tem. A cidade cresceu muito,

as redes estão precárias em todo Porto Alegre, então, são várias necessidades. Lá no Dom Pedro, nós não temos um esgoto, temos água, e temos um esgoto misto, mas, falando para a engenheira que ela botou água lá. Nós pagamos quinhentos e poucos mil para botar aquela água lá, meteram a mão no nosso bolso, fomos roubados. Era o bichinho o responsável. Então, nós temos muita necessidade. Se o DMAE não fez as coisas até agora na região, que a gente conhece bem a região, eu acho que... se não deu certo, privatiza, para ver se vão dar certo as coisas. É isso que eu acredito. Concessão? Concessão a gente também, quando cancela, né? Essa pergunta fica aí. Obrigado.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado, Sr. Nauro. Eu vou passar a palavra à Ver.^a Juliana de Souza.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa noite a todas e a todos. Boa noite, mas caloroso, porque aqui dentro está frio, e a gente está aqui debatendo um tema estratégico para o futuro da nossa cidade. Estamos driblando a chuva, porque nós tentamos transferir essa audiência em virtude da chuva, porque a gente conhece as comunidades aqui do Eixo, da Zona Norte, a gente sabe que é difícil, em dia de chuva, a gente poder chegar aqui, e nós queremos participação, e não faz de conta de participação. Mas a Presidente da Câmara não quis, porque o que ela quer mesmo é isso aí, que poucas pessoas possam estar participando de uma discussão sobre o futuro das próximas gerações e das nossas. Mas acho que é importante, primeiro, a gente falar isso.

Agora, eu queria, gente, antes de me posicionar, ainda que vocês já devam identificar de que lado eu estou nessa história, eu queria chamar uma reflexão, eu queria nos chamar para a conversa, porque eu acho que isso que é importante aqui. Primeiro, eu queria que vocês pensassem comigo, e o Seu Nauro, que acabou de sair daqui, falou assim: “Se não está dando certo, então privatiza, que vai ver, quem sabe melhora”. Não é, Seu Nauro? O senhor falou isso. E aí eu quero perguntar para vocês, e quero perguntar para os meus colegas vereadores, porque eu acho que é importante, Marcos, a gente

estabelecer esse diálogo. Além dos meus companheiros da oposição, eu respeito muito aqui os vereadores Marcos, Fleck, que eu sei que atuam nesse tema, ainda que nós tenhamos posições divergentes. Mas eu quero perguntar para todos vocês, incluindo os vereadores: quem aqui acha que o serviço de energia elétrica melhorou com a privatização dessa Equatorial? Quem acha? Levanta a mão quem acha que melhorou. (Pausa.) Ninguém acha. Ninguém acha que melhorou. O que acontece? Quando a gente tem uma tempestade, como nós tivemos a tempestade de janeiro do ano passado, onde a cidade virou um breu por vários dias, quem foi que ficou mais tempo sem luz e sem água? Quem foi? Aqui, só aqui, aqui no Eixo, aqui na Rua Manoel Elias, eu vim trancar a rua cinco vezes em três dias, depois de doze dias sem luz e sem água. Nós estávamos juntas e juntos aqui, lutando pela atenção de um serviço público essencial. E eu me recordo que o caminhão da Equatorial passava riscado, fugindo dos moradores. É ou não é? É ou não é? E isso foi em todas as vilas, as ocupações, as comunidades de Porto Alegre. Tu sabes, Marcos, porque tu caminhas nas comunidades. Tu sabes que foi assim. E aí eu pergunto para vocês: vale a pena ver de novo essa novela? Não é o Vale Tudo. É essa novela, essa novela de que dizem que privatizar vai melhorar, e o que a gente vê é que quem paga a conta e quem se ferra é o povo pobre trabalhador, porque é sempre quem se ferra mais. E paga a conta, sim, porque apesar de estarem dizendo que vai continuar a tarifa social, olhem as experiências. Em todos os lugares em que foi feita a concessão ou privatização da água, a tarifa ficou mais cara e o serviço ficou pior. O Ministério Público atuou agora, recentemente, em Santa Cruz do Sul, Seu Nauro, porque as pessoas estão adoecendo por causa da água da Aegea, que comprou a Corsan, e é a Aegea que quer comprar o DMAE; inclusive, o ex-diretor do DMAE, Mauricio Loss, e também ex-assessor do Melo, agora no início do governo, foi para lá trabalhar, vocês sabem para quê? Para ele elaborar o edital dessa tal concessão/privatização. É de lá, da Aegea, que vai sair esse edital, porque eles querem comprar o nosso DMAE para lucrar em cima da gente. E aí, meu povo, não vale a pena ver de novo, e eu não quero chegar aqui e dizer o que eu posso dizer hoje sobre a CEEE. Eu andei por aqui fazendo plebiscito

popular contra a venda da CEEE, contra a venda da Corsan, e eu disse: vai dar ruim, gente. Eu não quero voltar aqui e dizer: eu avisei. Eu não quero. Por isso que eu quero chamar a reflexão de vocês, se eles quisessem ouvir o povo, de verdade, não era audiência pública que estava rolando, era plebiscito, porque a água é do povo, e quem tem que decidir o futuro do DMAE, que é público, é o povo! Se o povo decidir, eu tenho certeza de que a gente não vende o DMAE. Vocês sabem por quê? Porque o povo sabe que não vale a pena ver de novo. Nem o Melo, a Equatorial atende. Vocês acham que o povo ela vai atender? E é isso que vai acontecer com o DMAE, se a gente deixar eles nos enrolarem nesse malabarismo de palavras, que, na verdade, significa a mesma coisa: tornar mercadoria o que é um direito humano, essencial. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado. Passo a palavra ao Sr. Candido Acosta. O senhor tem cinco minutos.

SR. CANDIDO IVAN RIBEIRO ACOSTA: Boa noite a todas e todos. Eu vejo aqui grandes lutadores, grandes lideranças comunitárias que tivemos em torno de 40, quarenta e poucos anos, lutando pelo direito à moradia. Eu tive o privilégio de coordenar a comissão de habitação aqui, com vários de vocês juntos. Hoje, a gente vem aqui para discutir uma situação que, com certeza, trará prejuízo para as nossas comunidades, aquelas comunidades que nós ocupamos, que apanhamos da Brigada para garantir a moradia. Esse processo que está vindo aí, de terceirização, de concessão, é igual à privatização. Não se engane, pessoal, é privatização da água, que é um bem público, que é um direito nosso, que vem do chão, que vem dos nossos rios. Esse é direito nosso, não pode ser mercadoria de privatização. Foi dito aqui que, hoje, a água é vendida a R\$ 4,50, R\$ 5,00 um metro cúbico de água, que é muita água. Se privatizar, quanto é que vai ser? Quanto vocês vão pagar? Quanto nós vamos pagar? Você viu o que aconteceu com a saúde? A saúde, todo mundo diz que é terceirizada, tem concessão. A saúde é um caos, nós não temos direito universal à saúde. Porque se nós chegarmos lá às seis horas da manhã, quatro horas da manhã, nós não

somos atendidos. Os nossos postos de saúde, hoje, já não têm atendimento pediátrico, não têm atendimento para as nossas mulheres. Isso é o sistema privatista, é ganhar dinheiro. Venderam a Carris, dizendo que a Carris estava sucateada. Edmilson, quando tu falas má gestão, é isso que nós estamos vivendo em Porto Alegre, uma má gestão do prefeito Melo, uma má gestão do prefeito Melo que deixou a nossa cidade alagar totalmente. As nossas famílias perderam tudo. Os técnicos do DMAE alertaram muito tempo antes, e a gente não acreditou; nós tivemos aqui minha conselheira Laura, de muitos anos de luta, lutando pelos nossos direitos, lutando pelo direito dessa população da Vila Amazonas – nós apanhávamos da Brigada lá, quando nós ocupamos e fomos lá para o Recanto do Sabiá, era luta, nós queríamos direito à água, luz e saneamento básico, não conseguimos ainda. De 2004 para cá, Porto Alegre não teve um projeto habitacional, pela má gestão, pela má gestão dos governos que vieram. Aí, nós vamos acreditar nesses governos que a concessão, que a privatização vai ser melhor para o nosso povo? Eu pergunto para vocês qual é o mínimo de luz que vocês pagam lá na Vila Amazônia? Se baixar de R\$ 400,00, se baixar de R\$ 400,00, vocês têm que estar com muita satisfação, porque é de R\$ 600,00 a R\$ 700,00. Colocar água... Hoje a gente vê, Laura, nas comunidades, eu acho que a comunidade tem direito a ter água, sendo colocada em todas as áreas, mesmo em área irregular, mesmo em áreas que não estão no consenso para regularização, colocando água, e a comunidade está gostando. Ah, legal, estão botando água, mas quanto é que eles vão pagar, Ver. Erick, quando começar a vir as contas de água? É isso que nós temos que pensar, pessoal. Nós moramos na periferia, nós não moramos no Moinhos de Vento. Nós, que somos do Orçamento Participativo, quando existiu o Orçamento Participativo, nós passávamos várias e várias reuniões aqui, várias reuniões lá no centro. Alguém viu, alguém lá, do Moinhos de Vento, daquela área da burguesia, participar ou discutir alguma coisa no Orçamento Participativo? Ou pegava o telefone e ligava para o seu vereador, amigo: “Cara, é o seguinte, eu estou com um buraco aqui na frente da minha casa, vai estragar o pneu da minha condução, do meu carro”. Não precisava do Orçamento Participativo. E nós

lutamos muito pela nossa comunidade. Eu quero que vocês falem muito, muito, sobre as comunidades – que fomos nós que criamos 90% das ocupações, nós não podemos deixar que, hoje, o direito à água deles seja retirado, porque uma empresa privada vai cortar os gatos, vai botar a ratoeira nas torneiras para que o povo não tenha água, porque eles visam ao lucro, eles visam ao lucro, é isso que eles querem. Eles não querem saber se tem água, se está bom ou está ruim. Mas nós sabemos por quê! Porque nós somos da periferia. E nós perguntamos: Por que não um plebiscito? Por que não ouvir? Nós que somos democráticos, nós que participamos do Orçamento Participativo, demanda a demanda, dentro aqui desse espaço, por que nós não chamamos o prefeito e não pedimos um plebiscito? Para nós decidirmos levar lá para Vila Amazonas, conversar com as lideranças lá, levar lá para o Recanto do Sabiá e lá, sim, decidir. Aí é o processo democrático. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): O Sr. Ronie Gomes está com a palavra. Por favor se identificar para a câmara; eu vou liberar o seu tempo, cinco minutos.

SR. RONIE GOMES: Meu nome é Ronie Gomes, mas muita gente me conhece como Paulista. Espero não ser interrompido, porque o que eu vou falar vai doer em muita gente. Eu respeitei todo mundo até agora, espero ser respeitado na minha fala, porque eu sou vila, sou presidente de vila há 20 anos, da Vitória da Conquista ali embaixo, descendo o sambódromo. Eu não sou um cara que leva desaforo para casa. Então eu respeitei todo mundo e espero ser respeitado. Vou começar pelo seguinte fato: a colega vereadora falou que há anos falta água na Zona Norte. Tem toda razão! Falta, há muito tempo falta água. Domingo agora, tinha um fio d'água, mas não era só por causa desse governo. Na época do Comassetto, também faltava água. Então, não tem governo agora, governo antes ou depois; todos! O amigo lá do fundo, vem cá, são 85 anos ou são 64 anos o DMAE? Nem vocês sabem quantos anos tem o DMAE. Eu trabalhei três anos e meio ali, lá dentro. Eu sou da vila, mas eu trabalhei dentro de um governo

para ver como é que funciona o sistema, e 90% do sistema dentro do DMAE é de esquerda. Eu tenho um processo de 2014 para entrar esgoto na minha comunidade, demandado pelo OP durante 20 anos, como o Sr. Edmilson fala, e ele sabe disso, que tem um engenheiro lá que é de esquerda, está sentado no meu processo, por quê? Porque eu sou o cara de direita. Cara, eu sou presidente, sou morador e respeito 670 famílias. Aí eu tenho um vereador que me prometeu, e eu vou cobrar dele até o final do mandato, que ele vai fazer a dragagem do meu arroio, que faz 15 anos que não é feita. Mas ele foi lá na época da eleição pedir voto. Está gravado. A minha comunidade gravou. Ninguém é bobo. E outra, só para alguém lembrar, eu sou formado em administração, também não sou bobo. Mas eu gostaria muito de saber o seguinte: todo mundo aí do DMAE que está defendendo o DMAE, tem coragem de apresentar o contracheque de vocês para ver quanto vocês ganham? Porque nós pagamos vocês. Nós pagamos o poder público. Alguém consegue apresentar para nós aí? A engenheira de 35 anos, consegue me apresentar o seu contracheque para ver quanto você ganha? É público. É só para saber. Não dá para discutir.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vamos respeitar!

SR. RONIE GOMES: Pedi respeito. Eu falei, eu respeitei a senhora quando falou, então me respeite.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Sr. Ronie, eu vou parar o tempo aqui.

SR. RONIE GOMES: Já falei, eu pedi respeito. Eu respeitei todo mundo. Não, cala a boca, parceiro. Cala a boca, senhor. Jonas, cala a boca, Jonas.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Eu parei o tempo.

SR. RONIE GOMES: Tu tens voto do povo, tu não podes ficar discutindo com o povo.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Sr. Ronie, o senhor pode retomar a sua fala. Eu peço que a plateia respeite a fala. Faltam apenas mais duas falas dos inscritos e dos vereadores.

SR. RONIE GOMES: Eu vou falar só mais uma coisa, por que o DMAE defende a não privatização? Porque é muito fácil, quando o cara fica doente, ele pede licença-prêmio. Nós, que somos privatizados, CLT, e eu sou CLT de carteira registrada, se eu ficar 15 dias afastado, eu vou para o INSS. Eles não! Eles ganham licença. O contracheque deles continua o mesmo, o meu não. Sabe, vereadora, o meu contracheque não continua o mesmo, entendeu? O meu contracheque não continua...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RONIE GOMES: Tem, sim, que eu trabalhei no DMAE e eu sei que tem. Eu sei que tem, tá? Eu sei que tem. Eu estou falando pelo DMAE, não estou falando por escola. Quando for a área da educação, a gente até pode discutir. Estou falando do DMAE, eu trabalhei lá dentro. Tem gente que tem cinco anos tem quinquênio. Se eu posso trabalhar 20 anos, eu nunca vou ter quinquênio na minha vida, que dobra o salário. Por isso que eles defendem a não privatização. Mas vamos entrar pelo caso. Gozado, né? Eu não vejo ninguém falar que o governo da Bahia, que é PT, privatizou lá a água. Sabiam? Ou melhor, vamos entrar no acordo direitinho, falam em privatização e concessão. Aí eu resolvi dar uma pesquisada sobre o que é privatização e o que é concessão, antes de falar que o povo é burro. A privatização e a concessão são duas formas de transferência de ativos ao serviço do setor público para o setor privado, mas com diferenças cruciais. A privatização envolve a venda definitiva de um bem ou

empresa pública à iniciativa privada; enquanto a concessão é um contrato temporário, onde o setor privado administra e explora um serviço ou ativo público; mas a propriedade permanece com o Estado. Está aqui, está aqui. (Mostra documento.) (Presidente informa que resta um minuto do tempo). Pode ser até 20, Edmilson. Edmilson, é legal tu nos defenderes aqui, mas tu moras lá em Alvorada, né? Por que é que tu estavas na luta da privatização da Corsan? Entenderam? Mas tu moras em Alvorada, a gente sabe, Edmilson. Gozado que, quando eu era do Fogaça, tu impediste as minhas manifestações ali, quando eu estava com uma reintegração de posse. Agora que tu estás do lado de cá, tu és a favor. És malandro tu, né?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RONIE GOMES: Não, vamos lá! És malandro tu, tá? Meu conselheiro é o Beto. Eu acho que tu não respeitas. Respeita a minha história!

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RONIE GOMES: Eu tenho. Eu tenho mais que tu.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Ronie, para encaminhar.

SR. RONIE GOMES: Respeita, respeita! Tu não tens, tu não tens nem voto aqui, tu fazes politicagem, mas beleza.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RONIE GOMES: É? Só que quem conseguiu a área ali fui eu, não foi o Seu Pedro. O Seu Pedro mora lá de favor. Então prova! Prova, porque eu vou entrar com uma ação judicial para tu provares, então, tá, malandro? Que eu tenho documento.



PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Para encaminhar. Obrigado, Ronie.

SR. RONIE GOMES: Tu não tens, eu tenho. Só para encerrar: a comunidade faz o plebiscito; faz o plebiscito na comunidade, e vocês vão descobrir. Tá?

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Seu tempo terminou, obrigado.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Passo a palavra ao Ver. Jonas Reis. O senhor tem cinco minutos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, pessoal, boa noite a todas e a todos que estão aqui neste dia chuvoso, um dia difícil para a cidade, um dia difícil para o Rio Grande do Sul. E aí, tem gente que vem aqui e fala que não é para ter politicagem. Eu quero dizer que isso aqui é a Câmara de Vereadores. É política, isso é política. O governo é eleito junto com os vereadores, com o voto popular, é política. Quem não quer política, fica em casa. Quem não quer política, deixa que os outros façam política por si. E é isso o que está acontecendo. Votaram no chapéu de palha, que não botou a cara aqui. O chapéu de palha não teve coragem de vir aqui. Aí, tem gente que tem coragem de defender o governo. Mas onde é que estão com a cabeça? Fala mal de servidor público. O DMAE, os servidores públicos que reestabeleceram a água potável na enchente do ano passado, foram os trabalhadores, porque as empresas não sabiam, não tinham conhecimento, foi o DMAE, a gerência de manutenção. Eu falo porque eu conheço, porque eu estudo o tema. Mas quem não conhece, não estuda o tema, vem aqui e ataca as pessoas – ataca as pessoas. Nós temos que falar de

governos. Aí, vem aqui e fala “eu sou de direita, eu sou de direita”, não sabe que a direita está na Prefeitura, e, lá na educação, roubaram dinheiro, foram presos. A secretária de educação foi para a cadeia. Ninguém vai para a cadeia, porque é um santo inocente, ungido. Imagina uma pessoa... Coitadinha dela. Quatro foram para a cadeia, o filho do prefeito está indiciado, o filho do chapéu de palha está indiciado. Cadê aqui? Não tem ninguém aqui. Nem o filho, nem o chapéu de palha, porque já ganharam a eleição, gente. Agora, eles botam os testas de ferro para enfrentar a população. Para falar com a população, eles não vêm, porque já levaram o voto. Aí, tem gente que se entrega ao governo Melo. Aí, eu pergunto por quê? Quem é CC e está aqui, claro, foi comandado, foi chamado, ligaram por telefone: “vai lá”. Quem é CC está aqui para garantir o CC, porque, senão, o Melo manda embora. Agora, a população sabe o que está a CEEE Equatorial privatizada. A população sabe o que é a Equatorial, que oscila a energia.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Silêncio, eu estou falando! Fica quieto, eu estou falando, me respeita!

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Pessoal, vamos ouvir o vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Respeita a minha palavra!

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Peço o silêncio da plateia.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Respeita a minha palavra! Mal-educado!

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vou parar o tempo. Pessoal, falta pouco.



VEREADOR JONAS REIS (PT): Mal-educado! Turminha do Melo!

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Ver. Jonas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mal-educado! Turminha do Melo!

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vereador, vou retomar o seu tempo.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu vou mandar tirar um raio X do governo Melo para ver se não apareces tu lá. É uma vergonha o que está acontecendo nesta cidade. Entregaram a energia elétrica, e foi o prefeito que votou. O prefeito era deputado e nos entregou às traças esta cidade, que, quando dá um temporal, falta energia elétrica.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Pessoal, Sr. Ronie, eu vou parar o tempo aqui.

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vamos retomar. Ver. Jonas, o senhor tem mais dois minutos e vinte.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então vocês vejam, ele era deputado e votou, entregou a energia elétrica, Sulgás e tudo mais. Como é que está a cidade, gente? Não tinha os prejuízos que a gente tem. Ele, prefeito, foi para a rede social pedir. “Pelo amor de Deus, Equatorial, me ouve, ligue energia para a Prefeitura, que precisamos botar as casas de bomba a funcionar”. E aí, as

peças defendem concessão. Gente, vocês acham que uma empresa vai vir entregar água para todo mundo e não vai ganhar lucro? Hoje, o dinheiro fica no DMAE, são R\$ 200 milhões em caixa – tinha R\$ 400 milhões, eles queimaram o dinheiro e não desentupiram as bocas de lobo. Inclusive, nós colocamos no Ministério Público, porque nós queremos enjaular. Se tem coisa errada, nós vamos botar na cadeia, porque foi isso o que nós fizemos na educação. Nós colocamos na cadeia a secretária de educação do Melo e mais três – mais três. Aí, eles ficam passando a mão na cabeça de políticos. Tem gente que vem aqui e elogia o Melo. Gente, o Melo não está nem aí para vocês. Se ele estivesse aí para vocês, ele viria conversar ou mandaria a vice-prefeita. Não mandou! Nem a Presidenta da Câmara, que é a Nádia, veio, porque não está nem aí para a população, eles estão pouco se lixando. Eles querem só os votos, só pelos votos que eles se interessam, então, eles se pintam bonitos. Vocês entrem agora nas redes sociais deles, estão lá, bonitinhos, maquiados, um capricho, um primor. Até eu, se não conhecesse, eu votaria; eu votaria neles. Até eu! É que eu conheço o Melo, então, eu não embarco nessa barca furada, que é a mesma barca do Sartori, é a mesma barca do Leite, e foi a mesma barca do Marchezan, gente! Eles falam que foi o governo anterior, mas o Melo foi vice-prefeito do Fortunati, foi prefeito quatro anos e agora ele traz a solução milagrosa. Eu vou encomendar para o Papa transformar o Melo em santo, porque ele é um santo, ele vai virar um santo. Nós temos que ter um santo em Porto Alegre, não tem ainda, vai ser o santo Melo, porque, pelo amor de Deus. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, vereador. Último inscrito deste bloco aqui é o Cleusi Coelho da Rosa. Não, desculpa, último do contra, depois tem o último a favor. O senhor se identifica para a câmara. Comecei o seu tempo, o senhor tem cinco minutos.

SR. CLEUSI COELHO DA ROSA: Boa noite, gente, meu nome é Cleusi Coelho da Rosa, sou da Cohab Rubem Berta, desde 2007, quando nós ocupamos aquele condomínio. Eu queria dizer assim, que eu era a favor de não privatizar

o DMAE, mas eu mudei agora a minha ideia. Eu não queria que privatizasse o DMAE, mas depois que eu vi, doutora engenheira, aquele monte de alagamento ali, monte de alagamento ali, as águas na frente das casas, aí não tem como não pedir para privatizar o DMAE... Mas tem que privatizar o DMAE ou tem que tirar esses incompetentes da secretaria? Porque é o secretário do DMAE, é a Prefeitura, é o prefeito que deixa a situação chegar a esse ponto que chegou. Então eu acho assim, pessoal, quando vem uma liderança aqui dizer “eu represento a minha comunidade”, lá eu falo pela minha comunidade, e pedindo esgoto e sabendo que as pessoas não vão ter dinheiro para pagar esse esgoto, porque não tem, muitas vezes, o dinheirinho para comer o seu pão, aí vai pagar mais esgoto para a Prefeitura privatizar o DMAE, fazendo do DMAE o que fizeram com a Carris, com a Equatorial, e lá vai por diante. Gente, é uma desgraça anunciada. Eu tenho toda a filmagem, eu sou o cara que mais tem filmagem nas falas de qualquer um aqui. Então eu acho que nós teremos um prejuízo tremendo se tirar o DMAE e botar nas terceirizadas, porque nós vamos pagar caro por isso. Estão aqui as lagoas, que não foram feitas... Isso aí não é DMAE, isso aí é falta de capacidade da administração. Eu quero que o prefeito me respeite, que tenha o meu respeito, mas tem coisas que a gente tem que se dividir. E hoje eu acho que não defender a situação do DMAE... Plebiscito seria a palavra correta. (Palmas.) Quando nós entramos aqui tinha uma viatura ali, tinha uma viatura ali esperando nossa chegada. Alguns de nós aqui brigamos? Não. Funcionário do governo quer dar nas pessoas aqui. Eu acho chato isso aí, gente, eu acho... Ganhar no grito, não se ganha; a gente se conversa, dialoga, cada um tem a sua opinião; são várias opiniões diferentes aqui. Mandar um vereador calar a boca, eu não faria isso, porque mesmo que eu não votei nele, ele me representa, é a Câmara de Vereadores. Quando dizem “fazer politicagem” aqui, a politicagem é automática. Eu quero pedir as minhas considerações a toda essa Mesa, ao Simpa, que tem o meu respeito, porque a gente às vezes se altera em algumas palavras. Gente, está na cara que nós não vamos ter condições de pagar o que nós vamos ter que pagar. Além de pagar água, que não tem dono, que é uma coisa da natureza, nós vamos pagar o

conforto de empresas que vêm de outros lugares. Eu queria muito saber onde é o município que o Melo nasceu. (Pausa.) Ah, ele não é gaúcho? Ah, agora me atolei. Mas está bom, vamos lá, vamos lá. Eu acho assim, gente, vamos lá no Amazonas, vamos lá no Sabiá dizer para aquelas pessoas humildes que eles vão ter que pagar água e esgoto. Eles não têm para pagar: ou comem ou bebem. E outra coisa, gente, essas vertentezinhas de água que a gente usa muito para levar para casa água pura, isso aí vai acabar; já queriam cortar essas águas, aí se entrar uma privatização aqui, acabou, acabou. Então eu tenho um carro som e tenho uma filmagem que, daqui a um ano, eu quero sair com o meu carro de som, entrar nas vilas: o teu líder que votou para botar água e esgoto para vocês pagarem. Tiraram um pouquinho do feijão do prato das pessoas. Alguns têm condições de pagar a água e esgoto, mas a maioria das vilas não tem. Então o plebiscito seria o ideal, que a Prefeitura de Porto Alegre entrasse nas vilas, que fizesse o plebiscito e deixasse o povo escolher o que ele pode e o que ele não pode pagar. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado. A última inscrita, Sra. Laura Machado. A senhora se identifica para a câmara. A senhora tem cinco minutos.

SRA. LAURA ELISA MACHADO: Boa noite a todos que ainda estão aqui. Eu sou Laura Elisa Machado, sou moradora da região Eixo Baltazar, moradora do bairro, hoje, Costa e Silva, aqui há 45 anos. Pessoal, eu fiquei cheia de dúvidas. Tanto a apresentação que foi feita pelo DMAE, ou pelo Simpa, e tanto pela Prefeitura, porque há convergência. Eles dizem que tem 100% de água tratada. Eu estou aqui com a comunidade do bairro Costa e Silva, loteamento que não tem nem água e nem esgoto tratado; foi feita uma apresentação que disseram que tem 100% de água tratada. Aí a gente caminha um pouquinho mais, a gente vai na Vila Amazônia ali, não tem esgoto tratado. Que nós tínhamos o quê? Era na época daquele departamento corrupto que tinha aí, que roubou bastante, que fez um monte de paliativo, o tal de DEP – Departamento de Esgotos Pluviais –,

que era atrelado ao DMAE. Naquela época ali, fizeram os paliativos na vila, que hoje a gente pede para o DMAE ir lá desobstruir, ou pede para o DMAE ir lá arrumar: não é nosso, a rede não é nossa, a rede não foi entregue a nós. Outra coisa, o marco regulatório do saneamento diz que nós temos que ter 90% de água tratada e 90% de esgoto tratado até 2033. O DMAE tem 63 anos. Ele tem 63 anos e, em 63 anos, ele não conseguiu entregar esse percentual de esgoto tratado que é necessário para as comunidades. Por que a gente não ter esta oportunidade? Por que é uma concessão? E eu quero que eles me digam se é verdade ou é mentira, porque eles vêm dizendo que é privatização. Nós sabemos que é uma concessão parcial... Nós sabemos o quanto é ruim a CEEE Equatorial privatizada, é uma porcaria, mas a pauta aqui é DMAE, é rede de esgoto digno, é tratamento de água, são rios que voltem a ser balneáveis. É isso que nós estamos tratando aqui? É uma concessão parcial do DMAE? Gente, aqui não tem direita, aqui não tem esquerda, aqui tem comunidade que quer ter dignidade, que quer ter o acesso à água tratada. Me digam onde é que está esse 100% que foi apresentado?

Outra, fossa não entra na contabilidade de tratamento de esgoto, não entra, essa não é a nossa realidade. Então, eu preciso esclarecer essas dúvidas, eu estou cheia de dúvidas. Vim para uma audiência pública, apoiando a minha comunidade que está lá, os moradores vieram, estão aqui até agora, saíram do trabalho, vieram aqui. Outra, só para deixar bem claro, tem gente dizendo que o governo Melo, Fogaça, Marchezan, 16 anos da administração popular e tudo mais... Para nós, comunidade, vocês têm que entender que não nos interessa, não nos interessa. Nos interessa é abrir a torneira e sair a água, nos interessa é dar descarga, e o nosso esgoto ser tratado, nos interessa que não alague a nossa região, que não alague as nossas comunidades. É isso que nos interessa, é isso que nós queremos. Por isso nós queremos “sim” à concessão parcial, parcial como está sendo apresentada. Eu li a Lei nº 028, de 2025, o projeto de lei que está sendo discutido é esse e aquilo que eu li ali eu acreditei e eu quero ter a fala de vocês de onde tem o 100% e se é concessão parcial e o que será que vai ser tratado.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, Laura. Encerradas as inscrições, agora o Simpa tem os seus últimos 10 minutos de fala e depois o governo encerra.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Boa noite a todos, a todas. Me ouvem? (Pausa.) Começando pela conversa, é bastante importante essa reunião de hoje e é extremamente importante a presença de todos aqui, mas seria mais importante ainda se houvesse uma convocação geral da população a participar, e isso a Câmara tem que estar fazendo através da sua presidência, assim como a própria Prefeitura de Porto Alegre. O Simpa tem feito, nos seus limites, a convocação com o carro de som, mas seria muito importante que, nas próximas reuniões das regiões, haja por parte do governo municipal e da Câmara Municipal uma convocação real da população pela mídia e tal, tal a importância do tema.

Segunda questão, concessão é, sim, uma forma facilitada de privatização. Por que o é? Porque custa menos e significa que haverá um período durante o qual, de forma facilitada e subsidiada com dinheiro de empréstimo público, haverá uma exploração comercial do direito das pessoas e da sua necessidade em ter abastecimento de água e saneamento público. Então se hoje o serviço público, ele tem como objetivo arrecadar para manter e aprimorar o serviço, concedido passará a ser explorado comercialmente, ou seja, uma empresa privada tem como objetivo usufruir ganhos em cima do serviço que presta, fazendo com que gaste o menos possível com o pessoal, o menos possível com manutenção e equipamento e passe a cobrar o máximo possível. Por que essa lógica? Porque é a lógica de atender o interesse dos acionistas, ou seja, o negócio privado visa utilizar a necessidade de exploração comercial dos direitos de todos para remunerar os seus acionistas. Basicamente é essa questão que está sendo debatida aqui. E o que acontece? Existe um processo cultural na nossa cidade, mas o DMAE, há 20 anos, até 20 anos atrás, era realmente uma referência a nível nacional e de ponta na área de saneamento. Justamente no mesmo

período, inclusive, que foi privatizada a cidade de Manaus, casualmente administrada pela própria Aegea. E nesse período o que aconteceu? Com clareza, com transparência, nos últimos 10 anos para cá, começou um processo de terceirizar e, depois, propositalmente, não repor o quadro do pessoal. E a gestão, em vez de ter como foco o atendimento à população, passou a ter como foco o atendimento ao mercado, preparando esse processo desde 2017, com o PL nº 10, com o prefeito Marchezan, que foi derrotado na Câmara de Vereadores, retirado, através da luta dos servidores, que, naquela época, tinha um quadro maior, e através de um processo de estudos, de concessão, de vamos parcerizar e vamos privatizar, criando todo um clima, não repondo o pessoal, não fazendo os investimentos necessários, não atualizando o planejado e não executando uma série de obras a contento. E o que fez isso aí? Com que o DMAE chegasse a ter R\$ 432 milhões em caixa. Por que o DMAE tinha R\$ 432 milhões em caixa? Porque era dinheiro arrecadado para manter e aprimorar, e não foi mantido nem aprimorado, então tinha R\$ 432 milhões em caixa. Quanto a dizer que o DMAE público não tem condição de executar, não é verdade, não vou dizer que é mentira, vou dizer que não é verdade. Por que não é verdade? Porque a empresa privada não vai ter também esse dinheiro, a empresa privada vai captar esse dinheiro do mercado ou pedir emprestado em banco público, entende? O mesmo banco que poderá financiar e que pode financiar ainda o DMAE – vou falar pode ainda, porque o DMAE ainda é público, apesar de ter todo um processo de terceirização. Então é uma decisão política, não é uma decisão técnica essa questão de parcerizar, conceder, privatizar. Enfim, toda essa tecnologia que é utilizada, que, na verdade, serve para não esclarecer, para não deixar transparente que o interesse público, no caso, está deixando de ser atendido, passe-se a atender o interesse privado dos grandes *lobbies*, no caso, a Aegea, que é a maior empresa na área do saneamento do Brasil, provavelmente a vencedora, a gente não pode afirmar com certeza, mas é a grande interessada, tanto é que o modelo esse foi construído, esse último modelo, com visitas constantes ao Rio de Janeiro. A questão da Aegea hoje, inclusive, agora o governo do Estado pensa em fazer a concessão da parte que

restou, que seria a mesma daqui que é a captação e tratamento da água. Então essa questão toda de privatizar, de conceder o DMAE, não é um debate do interesse público, a gente está fazendo, ele tem que fazer agora, porque existe essa ameaça. Na verdade, bastaria devolver a autonomia administrativa do DMAE, repor o quadro de servidores do DMAE, e aí faço uma defesa da questão do servidor público, não é um privilégio, é uma necessidade. Por quê? Porque o servidor público, além de trabalhar para a população, ele é gerido por uma gestão política, tem um caráter partidário, seja qual for ele. Então ele tem uma estabilidade, prestar um concurso é a forma mais democrática de todos poderem acessar o serviço público como servidores, e também de garantia de ter isenção, no sentido de defender o interesse público, é claro que coisas outras que não interessem ao público não sejam feitas. Tanto é que a gente pode estar aqui, e colegas que estão aqui defendendo o DMAE público, porque são concursados, se fossem empregados de uma empresa privada não poderiam fazer isso aí, seriam demitidos na hora. Então quando um servidor público tem uma carreira a fazer, ele consegue se aprimorar, consegue adquirir conhecimentos e dar retorno à população sobre isso. O DMAE, há dez anos, atendia qualquer serviço de manutenção na área de esgoto em 24 horas. Hoje existe uma dificuldade enorme em relação a isso, não porque o DMAE é público, mas, sim, pela forma como ele é gerido ou não gerido, porque o DMAE está sendo gerido não no intuito de aprimorar e manter e desenvolver o seu funcionamento, está sendo gerido no sentido de preparar a sua entrega ao mercado privado. Num primeiro movimento, com essa concessão parcial, onde tudo que passa da estação vai ser concedido, inclusive a exploração comercial, que hoje é terceirizada, e que daí eu reporto, tempos atrás existia o 115 que se podia ligar para lá, uma equipe de servidores treinados do DMAE fazia o atendimento e encaminhava para as equipes. Em 24 horas, no máximo, era o atendimento, qualquer que fosse a área. Isso deixou de acontecer, por quê? Porque foi terceirizado o 115, foi terceirizada a leitura da conta d'água, que são essas quantidades enormes de erros que qualquer um aqui já deve ter recebido ou ter parentes que já receberam, sempre erros a mais. O DMAE também não consegue fazer a revisão a contento, porque não tem

servidores e, como foi citado aqui antes, existe um concurso aberto, um concurso aberto e feito no ano passado, em que, mesmo que nomeassem todos os aprovados, assim mesmo haveria defasagem do DMAE.

Essa questão do contrato de empresas, entende, é uma questão que constantemente muda a desacerto do executado, a desacerto do preço dos contratos, entende, ao passo que se tu tens um corpo técnico estável para as atividades fins do DMAE, isso não acontece. Eu não falo em contratar servidores para fazer uma obra ou isso ou aquilo, mas para fazer a execução do serviço e a manutenção do serviço. E é nesse sentido que a gente defende o DMAE público e estatal. Por que o estatal? Porque não é uma concessão pública. Por exemplo, a rede de ônibus de Porto Alegre, incluindo a Carris, é uma concessão pública, é um serviço público, o ônibus expresso. Aliás, subsidiados com R\$ 180 milhões o ano passado, que era dinheiro que podia ter sido aplicado, entende, em outras áreas. Uma cidade que já teve transporte público, tempos atrás, bem melhor, é um exemplo concreto.

A própria situação da Equatorial que é citada aqui, em parte, inclusive, uma série de dificuldades, muitas vezes, de abastecimento que o DMAE tem, é fruto também, não só da precarização interna, mas fruto também e muito da questão da Equatorial, que sem energia, não há bombeamento da água para a estação, para a captação. Isso leva um tempo para repor.

Então, esse conjunto de coisas, entende, leva ao quê? Não há necessidade de continuar nesse debate. A gente faz a defesa, não só no sentido de servidores, no sentido corporativo de assegurar o nosso direito enquanto servidores, mas muito mais pelo compromisso que têm os servidores com a população de Porto Alegre.

A questão do DMAE tem que ser uma política de Estado e não uma política de uma gestão. O que é política de Estado? Ele tem um sentido de ser que é atender à população na área do saneamento, da água, do tratamento do esgoto e, no último período, agregado à questão da drenagem pluvial. E isso é a missão do DMAE. Não tem muita discussão do que fazer. Quando se deixa de atender esse objetivo e passa a querer se transformar, esse objetivo e essa capacidade que

o DMAE público tem em um negócio privado, acontece o quê? Acontece esse processo de precarização, de debate, inclusive esse PL, esse projeto que está sendo votado, não é o projeto da concessão em si, é de autorização da concessão.

Há uma discussão junto ao BNDES, inclusive o prefeito de Porto Alegre esteve lá, dizendo, inclusive, que não podemos errar e, na nossa opinião, está errando e muito, tentando estabelecer qual a modelagem do negócio. Se a modelagem do negócio fosse isenta, qual seria a discussão? Desde o começo, desde oito anos atrás, ou se havia discordância em relação à gestão anterior, desde cinco anos atrás. O que fazer para manter o DMAE público funcionar de forma melhor? Certamente seria o quê? Realizar os investimentos, ter autonomia administrativa, ter um quadro próprio compatível com a demanda; era isso. E não haveria nenhuma discussão, nenhum problema para a cidade. E, certamente, o DMAE era, até pouco tempo atrás, a empresa de autarquia pública no Brasil com mais condições de atingir o dado marco regulatório. E esse marco regulatório é uma *data ficta*, na verdade, que, em nível nacional, raríssimas situações vão ser atingidas, embora o DMAE já o atinja, por exemplo, na questão da água. Por quê? Porque é um processo de construção onde, afóra de ter projeto, afóra de ter dinheiro, tu tens que ter o tempo de fazer as obras... (Presidente informa que resta um minuto do tempo.) ... ou seja, tens que construir redes, tem que construir uma série de equipamentos que significam mexer no trânsito da cidade, na urbanidade da cidade. Ou seja, esse debate nosso, a gente espera, então, que haja uma convocação melhor na próxima audiência pública, mas é um debate claro entre a opção de gerir a cidade para a maioria da população ou gerir o serviço da cidade a serviço do mercado privado. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado. Passamos, por último, a palavra ao governo.

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Só gostaria que vocês ouvissem um vídeo, ou, melhor, um áudio, se eu conseguir reproduzir. (Reprodução do áudio): “Certa

feita, alguém me disse: ‘mas, Silvio, o governo tem preconceito com quem produz, o governo tem preconceito com a iniciativa privada’. Não é verdade. Se tem um governo que dialoga com o setor produtivo brasileiro, é o governo do Presidente Lula. Tanto é que o ano de 2024, como foi também em 2007 no governo do Presidente Lula, nós tivemos o maior volume de concessões da história do Brasil; 24 concessões em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, petróleo e gás, minas e energia. Então, assim, isso tudo tem gerado riquezas e oportunidades para o povo brasileiro”. “Muito bem, nós conversamos com o ministro, Silvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos. Muito obrigado, ministro, por sua entrevista aqui, à Voz do Brasil”. Vocês viram como é fácil a gente falar isso aqui? Foi quinta-feira agora. E o próprio governo está dizendo que concessão, que privatização trazem frutos em benefício do povo. Vocês tirem as suas conclusões. Isso, quem falou, foi o ministro Silvio Costa Filho, do governo Lula. Estou certo, não é, vereador?

(Manifestações da plateia.)

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Aí... Isso... Não, está aqui o... Isso aqui é... Não vou entrar... Não sei, eu só estou... Não, independente... Deixa eu falar agora? Eu posso falar?

(Manifestações da plateia.)

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Então vamos. Então nós queremos dizer... Nós queremos dizer que...

(Manifestações da plateia.)

SR. GELSON LUIZ GUARDA: O senhor tenha educação, por favor. Então nós só queremos dizer que o governo Melo, e, por isso, outra coisa que disseram aqui, o Ver. Jonas solta a peçonha e vai embora. Não tem mais nenhum aqui;

desconsideração. E aqui vai o meu elogio para o Erick, o Erick. Agora, os outros, que não têm respeito com os senhores e com as senhoras, foram embora. Gritam, falam, porque não têm... A pessoa não está aqui para se defender, porque o Melo, o prefeito Melo, sabe onde é que ele está agora? Porque neste mesmo tempo, há um ano atrás, nós sofremos, e hoje ele está lá reunido com a Defesa Civil, ele está reunido com a Secretaria de Serviços Urbanos, com os meteorologistas, para tentar minimizar o problema, que vocês sabem que vem mais água. Então é muito fácil falar.

(Manifestações da plateia.)

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Aí nós podemos dizer, quando falam em botar a mão, tem muita gente que põe a mão e está solta. Então nem tanto ao céu, nem tanto ao inferno.

Voltando só para a questão do DMAE, que é o nosso foco, isso aqui acontece, não é por causa da Prefeitura Municipal, ou melhor, a Câmara Municipal, através da sua Presidente, que pediu. Vocês sabem muito bem, e já foi dito, que as reuniões foram um pedido para ouvir a comunidade, porque o prefeito poderia muito bem decidir e resolveu ouvir a comunidade.

(Manifestações da plateia.)

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Deste modo, eu passo novamente para o DMAE, para que alguma dúvida que tenha ficado seja retirada por técnicos, não por pessoas que não entendem e ficam muito no achismo.

SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA: Boa noite. Bom, só complementando, acho que para deixar bem claro aqui, esclarecer a população, o projeto do DMAE, o projeto do Município, não envolverá aumento de tarifa, é uma premissa do projeto que se mantenha a tarifa social – a tarifa social é prevista em lei municipal.

(Manifestações da plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vamos respeitar a fala, por favor, pessoal. É a última, estou parando o tempo aqui.

(Manifestações da plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Pessoal, pessoal, vamos respeitar quem está falando, está bem? Falta pouco para nós terminarmos a audiência pública. Então, manda a palavra.

SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA: A tarifa social é prevista em lei municipal, em lei federal, não há mudança nisso, qualquer alteração de tarifa teria que ser modificada no Poder Legislativo, isso passaria por uma ampla discussão também.

Em relação à privatização e concessão, obviamente, já foi dito muitas vezes aqui, não se está falando em privatização, não se está transferindo um ativo que é público para o privado, a gente está fazendo uma concessão de um serviço por um período determinado, com obrigações muito claras para o empreendedor, obrigações contratuais para isso e de investimento. Muito se diz que o DMAE dá lucro, obviamente que dará lucro...

(Manifestações da plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Espera aí, eu vou parar de novo aqui, vou parar de novo. (Pausa.)

(Manifestações da plateia.)



PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): O senhor tem ainda cinco minutos, diretor. Eu vou pedir, mais uma vez, para respeitar o tempo de fala do Sr. Carlos aqui, como todos foram respeitados.

SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA: Bom, eu sou servidor público também do Município há anos, há mais de 15 anos, eu tenho respeito pelos ativos municipais, eu respeito todo o ordenamento jurídico do Município, e eu posso dizer com toda tranquilidade: o que se pretende aqui, de modo algum, é transferir um ativo público ou causar prejuízo à população. É muito pelo contrário, é trazer eficiência em um serviço, é trazer recursos que o DMAE e que o Município não dispõem para investimento. Obviamente, qualquer empresa dará lucro se ela tiver uma receita corrente, uma receita recorrente e que ela não faça investimentos. Se ela não fizer investimentos, ela vai dar lucro. O que o Município pretende é que uma empresa privada, utilizando a sua experiência, realize investimentos, e ela vai ser remunerada? Sim, vai ser remunerada, nos termos que o contrato estabelece, no prazo que o contrato estabelece. E de onde que vem essa mágica? Como uma empresa privada pode ter lucro nesse tipo de serviço se eu vou manter a tarifa do mesmo jeito? De uma forma muito simples, tendo eficiência no emprego dos recursos. E não é má qualidade, má gestão da administração...

(Manifestações da plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Por favor, pessoal, respeito. Pessoal, vou parar de novo. Pessoal, eu vou ter que pedir para vocês se retirarem, se vocês continuarem. Faltam três minutos, pessoal. Um pouco de respeito, está bem?

SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA: Por melhor que seja a vontade das administrações municipais, é impossível... Qualquer tipo de endividamento que o DMAE fosse fazer, ele endividaria o Município. A capacidade de endividamento

para investir em outras atividades tão importantes quanto o saneamento, ficaria comprometida. Se eu utilizo um privado com a sua experiência para que ele realize esses investimentos, se remunere pela sua eficiência no serviço, e não é crítica à gestão atual, à gestão passada, à gestão de 50 anos atrás que o DMAE tenha tido, é, de fato, uma impossibilidade fática. Ele não vai realizar investimentos de grande vulto sem comprometer outras atividades. O Município já fez investimentos no passado com o esgotamento sanitário, mas a principal atividade, o principal foco de atenção foi sempre no tratamento da água, porque justamente era o que dava mais rentabilidade financeira para o DMAE. Agora, a gente precisa avançar muito no esgotamento sanitário, todos nós sabemos disso. E esse é o mote principal, é dar um serviço de maior qualidade para a população que tanto precisa. Não adianta a gente ficar tentando trabalhar com argumentos, a questão toda é básica: a gente vai ter um investimento privado que vai ser realizado, é uma concessão. Após todo o período da concessão, esse ativo vai retornar para o Município, que pode, se assim bem entender, daqui a 30 anos, decidir pela manutenção pelos seus próprios servidores, não tem problema algum. O ativo não vai ser transferido de forma permanente, como ocorreu com a Equatorial, como ocorreu com a Corsan; ele continua sendo público. O que a gente teria só é mais eficiência na prestação do serviço, e isso é parecido, por exemplo, quando se dá... Se eu tiver uma locação por um ano, por exemplo, qualquer particular que quiser alocar um imóvel, ele vai fazer um investimento naquele imóvel, sabendo que daqui a um ano ele vai sair dali. Ele não vai realizar um investimento que ele saiba que ele vai ter que administrar aquele imóvel por mais um período. Agora, quando um privado entra, ingressa num serviço, ele faz o investimento e ele sabe que ele vai administrar por 30 anos, ele vai empregar da melhor forma possível para que ele não tenha um custo operacional de manutenção muito elevado. Então, agradeço a oportunidade de tentar esclarecer aqui as intenções da administração municipal. A gente tem ainda uma longa jornada pela frente para explicar e está sempre à disposição para esclarecer.

(Manifestações da plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Para encerrar. O senhor encerrou, diretor? Encerrou.

SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA: A garantia, o contrato estabelece obrigações e serão fiscalizadas pelo Município, pela agência reguladora, tem uma garantia muito melhor do que a atual.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, diretor. Agradeço a todos os presentes. Damos por encerrada a audiência pública.

(Manifestações da plateia.)

(Encerra-se a reunião às 21h20min.)